

POLÍTICA

Um chamado aos presidencialistas. (Ninguém responde).

Constituintes do PMDB, PFL e PTB se recusaram a assinar a emenda patrocinada pelo Planalto. Querem antes a definição do quadro político.

Em um encontro informal realizado anteontem à noite por convocação do deputado Prisco Viana (PMDB-BA), amigo íntimo do presidente Sarney, presidencialistas do PFL, reunidos com parlamentares do PMDB e do PTB que apoiam esse sistema de governo, recusaram-se a dar apoio prévio e formal à emenda presidencialista, proposta pelo ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Alegaram que é preciso, antes, definir o quadro político-partidário. Acabou ninguém assinando. O ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, também esteve presente, como convidado especial.

Os líderes do PMDB e do PFL, deputados Carlos Sant'Anna e José Lourenço, participaram do encontro, com mais de 30 parlamentares e, ainda, o subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique Hargreaves. Na reunião, os representantes do PFL, sem contestação dos ministros e dos peemedebistas presentes, fizeram duras críticas ao ministro Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social.

O secretário-geral do PMDB, deputado Milton Reis (MG), declarando-se realista, informou que os presidencialistas da Comissão de Sistematização representam, no momento, 42 votos, do total de 93. Assim mesmo se confirmados 16 votos pelo menos, dos representantes do PFL. Pela avaliação do deputado mineiro, hoje seriam 51 votos pelo parlamentarismo e 42 pelo presidencialismo.

Os ministros Ronaldo Costa Couto e Ivan Mendes falaram das dificuldades enfrentadas pelo presidente Sarney, principalmente no apoio político-parlamentar. Ambos historicaram o drama do chefe do governo, desde o dia 14 de março de 1985, na hospitalização de Tancredo Neves. Costa Couto alongou-se na análise do presidencialismo, sem esquecer os dramas de Getúlio Vargas, Café Filho, Jânio Quadros, João Goulart. Um deputado do PFL, comentou com o outro, em voz baixa: "Se eu não o conhecesse, diria que Ronaldo está fazendo profissão de fé anti-presidencialista".

Protestos

O líder do PFL, José Lourenço, surpreendendo Carlos Sant'Anna e Prisco Viana, interrompeu os ministros para observar que, a reunião não havia sido convocada para a defesa do presiden-

te da República, mas traçar planos capazes de derrotar o parlamentarismo.

Apesar do esclarecimento, muitos deputados do PFL, sem protestos dos parlamentares do PMDB, criticaram a falta de unidade do comando do governo, as indecisões de Sarney, a discriminação de ministros do PMDB, a começar pelo da Previdência Social. O mais veemente na crítica a Rafael de Almeida Magalhães foi o deputado e ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles (PFL-RJ). Ele enumerou um a um, os cargos que o ministro da Previdência destinou no Rio de Janeiro ao PMDB, relegando o PFL ao esquecimento.

Com a participação de representantes do PMDB, os do PFL disseram a Ivan Mendes e a Ronaldo Costa Couto que o presidente da República continua indeciso, vacilante, prejudicando o apoio político-parlamentar.

Ao contrário de Ronaldo Costa Couto, de Carlos Sant'Anna e de Prisco Viana, quase todos observaram que, se derrotado o presidencialismo na Comissão de Sistematização, dificilmente haveria condições de vencer no plenário da Constituinte — 280 votos, pelo menos (maioria absoluta). O senador João Calmon foi o mais taxativo nesta hipótese.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, chegando até a elevar a voz, recorreu a um levantamento de Henrique Hargreaves, para demonstrar que há condições de vencer na Sistematização e no plenário. A maioria duvidou. No debate entre parlamentarismo e presidencialismo, do fundo da sala falou o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE) ex-arena e ex-PDS: "Não sou nem uma coisa, nem outra, sou sarneyzista".

Renúncia

O presidente José Sarney poderá renunciar ao cargo, segundo previram ontem dois parlamentares de sua intimidade, filiados ao PFL, se o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, recusar a sua proposta de governar com uma nova aliança partidária e com a garantia da manutenção do sistema presidencialista. Para os deputados, a anunciada proposta do PMDB de implantação do parlamentarismo no quinto e último ano de governo de Sarney e a retirada do PFL do seu bloco de sustentação no Congresso seria "inaceitável e não deixaria ao presidente da República nenhuma opção diferente".

"Ele não tem vocação para presidiário", comentou um dos deputados, salientando que a exigência dos peemedebistas, nos termos anunciados, seria o mesmo que "jogar o presidente Sarney numa prisão". Eles observaram, ainda, que o presidente Sarney não teria "nenhuma garantia" de que o PMDB poderá reunir todas as suas diferentes facções num pacto de governo.

"O presidente Sarney vai entregar o cargo e deixar muito claro ao deputado Ulysses Guimarães que ele também não terá condições políticas de assumir o comando da Nação. O cargo, no máximo, vai para um moderado do PMDB, do tipo que tem apoio das Forças Armadas" — previu outro pefelista.

Segundo aqueles parlamentares, o documento mínimo que Sarney está elaborando depende apenas da definição do sistema de governo para ser concluído. "É isto que ele está esperando do presidente do PMDB, a definição do sistema de governo, para avançar ou não nas suas propostas."

Enquanto isso não ocorre, parlamentares do PMDB e do PFL estão pressionando para que o presidente Sarney passe a atuar diretamente junto aos constituintes, se realmente o governo deseja preservar o sistema presidencialista, superando a tendência majoritária na Assembléia do parlamentarismo.

O ex-ministro da Fazenda, Francisco Dornelles (PFL-RJ), presidencialista, acha que se houver decisão de governo, o Planalto não pode perder. Ele lembrou, no encontro dos presidencialistas anteontem à noite que o presidente Figueiredo, em 1981, garantiu a eleição de Nelson Marchezan a presidente da Câmara, embora o favorito fosse o falecido deputado Djalma Marinho.



E continua o tiroteio entre PFL e PMDB

As dificuldades de relacionamento entre peemedebistas e frentistas se agravaram ainda mais ontem, quando a cúpula do PFL distribuiu uma nota oficial questionando o que se chama de "desmandos e ilicitudes" do ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães. Na nota, o PFL lamenta a solidariedade ao ministro manifestada pelos governadores do PMDB, "que defendem o indefensável e apoiam o insustentável". Em outra nota, os frentistas condenam a estadualização e municipalização das ações de saúde da Previdência Social, "porque têm claramente um objetivo: influir nas eleições para prefeito".

Ao deixar o local onde os frentistas estavam reunidos para redigir a nota, o líder do partido, deputado José Lourenço, não quis revelar qual o tipo de decisão política espera do governo. "Tudo depende do presidente Sarney", disse ele, rapidamente, e nem admitiu comentar as declarações atribuídas ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, segundo as quais os ministros de seu partido somente sairão juntos do governo.

O secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, adotou o mesmo comportamento de Lourenço. "Governar junto com o PMDB não dá mais certo", limitou-se a dizer. "O PFL deu um basta e agora aguarda com tranquilidade a decisão do presidente da República." O presidente do PFL, senador Marco Maciel, não fala com a imprensa — e manterá tal comportamento até que Sarney se pronuncie publicamente sobre a crise que afasta os dois partidos.

Duas notas

A reunião durou menos de uma hora. O que demorou hora e meia foi a redação das duas notas da cúpula partidária para rebater manifestações "infelizes", "inverídicas" e "grosseiras" do ministro da Previdência, além de nota dos governadores.

Segundo a manifestação do PFL, "a gestão do atual ministro da Previdência tem sido desastrosa, como comprovam os fatos". Ela se refere ao comparecimento de Raphael ao Senado, "quando, interrompido, deixou sem resposta 18 indagações, episódio que se repetiu quando compareceu à Câmara". E formula indagações sobre a aquisi-

ção de apartamentos em Brasília, de 500 ambulâncias, de um prédio para a Dataprev no Rio, sobre a contratação de empresas multinacionais de auditoria por dez milhões de dólares, sem concorrência pública. E acrescenta: "Do ministro, até agora, a Nação não ouviu resposta a uma sequer destas acusações".

A nota do PFL responde, a seguir, aos governadores do PMDB: "A nota de alguns governadores do PMDB solidarizando-os com o ministro da Previdência os compromete com tudo quanto ele tem feito fora da lei e sem prestar contas à nação". Crítica que o dinheiro da Previdência seja jogado fora em "aquisições luxuosas, sem concorrência pública, comprando-se pelo que não vale o prédio que não se precisa". E considera "estranhável que governadores se reúnam para hipotecar solidariedade a um ministro que não está sendo apenas questionado pelos políticos, pelos servidores, pelos segurados, pelos aposentados, pela imprensa, mas que, além disso, teve suspensão, por sentença judicial, a inexplicável compra de apartamentos em Brasília. Ademais, o ministro da Previdência, descobertos os desmandos e as ilicitudes cometidas na sua gestão, perdeu a compostura e, ao invés de tentar esclarecer, como era de seu dever, a opinião pública, partiu para a agressão torpe e mesquinha". E concluiu assim:

"Por tudo isso, e pelo que se pode verificar, complementarmente, das conclusões anexas das comissões técnicas especiais do PFL, do Partido da Frente Liberal estranha e lamenta a referida nota de alguns governadores do PMDB, que defendem o indefensável e apoiam o insustentável, em detrimento do interesse e da moralidade pública".

O Ministério da Previdência, contudo, defende-se dessas acusações. E sustenta que, para manter os 3.331 representantes do Funrural com salários variando entre Cz\$ 4 mil e Cz\$ 11 mil, gasta mensalmente Cz\$ 18 milhões. Quase a metade dessa verba beneficia diretamente políticos do PFL, porque, proporcionalmente ao número de deputados da legenda, é o partido que mais indica apadrinhados para as agências da Previdência espalhadas por todo o País.

E os políticos protestam contra a manipulação dos políticos

"Não vejo nenhuma configuração de crise no País. O que está ocorrendo é um problema normal a um regime presidencialista." A observação foi feita ontem pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, para quem o presidente José Sarney saberá, "com grande habilidade política", conduzir uma boa negociação com todas as correntes políticas do País. Já o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, preferiu ignorar a crise que disse não vê com tanta nitidez quanto a manipulação dos políticos. "Mas ele é parte da democracia. Cada político trabalha pelos seus interesses. É isto o que está acontecendo também na Constituinte" — afirmou.

Para o senador Ruy Bacelar (PMDB-BA), entretanto, a crise política que a Nação atravessa é consequência da "incompetência e da falta de autoridade do chefe do governo, que não soube compreender, em tempo hábil, as aspirações populares". Para o senador, os esforços do presidente Sarney em fixar seu mandato em cinco anos, além de irritar a população, chocam frontalmente com os propósitos de Tancredo Neves que previa, para esta fase de transição, um período de quatro anos para o presidente.

Enquanto a Nação afunda numa crise econômica e social, sem precedentes em nossa história, os líderes políticos estão preocupados na conquista de cargos e posições, segundo afirmou ontem o de-



General Leônidas

Ruy Bacelar

Moreira Lima

Waldir Pires

putado Maluli Neto (PFL-SP). "O povo quer mudanças efetivas, inclusive de filosofia do governo, na esperança de melhores dias. Enquanto isso, o que é que a classe política oferece a esse mesmo povo? Nada" — acentuou o parlamentar.

Caciques

"Se o presidente Sarney quiser governar tem que se libertar dos caciques do PMDB e do PFL, que não têm votos, e procurar a massa de deputados, que são os que têm votos" — disse o deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP), ao queixar-se que os deputados estão servindo de massa de manobras desses líderes partidários, que falam e negociam em nome de seus partidos, mas não representam o pensamento das bancadas.

A inquietação também domina as conversas entre os constituintes do PFL, especialmente porque hoje termina o prazo de cinco dias pedido pelo presidente Sarney ao PFL para tomar algumas decisões.

"Vamos prorrogá-lo ou o quê? — ironizou Simão Sessim (RJ). Para o secretário de governo da Prefeitura de São Paulo, Cláudio Lembo, a solução é o afastamento do PFL do governo:

— O PFL vive seu momento mais importante, em que pode fixar sua personalidade e seu perfil. A manutenção da democracia exige a ida do partido para uma posição oposicionista. O contrário importará na instalação do partido único e a consequente ditadura partidária. O governo tem necessidade de fiscalização. Sempre que se equivocar, terá de reformular suas posições em razão da oposição consciente de um partido, coerente e dono de um projeto como o nosso.

Entre líderes pefelistas, previa-se que o documento de apoio a Sarney seria distribuído, inicialmente, aos governadores e líderes para a obtenção de sua solidariedade, mas havia dúvidas, segundo eles, no Planalto, se a moção conteria referências ao presidencialismo como sistema de governo preferido por Sarney.

O documento vai constar por individualidades e não pelo partido. O que se devia era reunir o PFL e fechar questão em torno do governo. Nós, que somos minoria, aceitaríamos a decisão da maioria. Do jeito que está sendo feito, vai dividir o PFL" — admitiu o deputado Antonio Carlos Thame (SP).

Seu interlocutor, o deputado Angelo Magalhães (BA) lembrou: "O PMDB também está dividido". "Ou tudo ou nada. O presidente se arrisca a ter seis meses de mandato pleno ou a continuar como está", observou Paes Landim (PD). O senador Edison Lobão procurava, entretanto, manter inalterada sua confiança na ação de Sarney: "Precisamos saber o que somos, quanto somos, por que vivemos".

Também preocupado com a paralisação que toma conta do governo, o governador da Bahia, Waldir Pires, informou ontem que iniciou entendimentos com os governadores Miguel Arraes, de Pernambuco, Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Orestes Quércia, de São Paulo, para que todos estejam atentos ao desenrolar dos fatos.

Com a disposição evidente de evitar o confronto político, o presidente nacional do PCB, Salomão Malina, procurou ontem o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, com quem discutiu ainda a crise sócio-econômica.

Freitas Nobre O pacto e a casa de chá

O doutor Ulysses está atravessando horas difíceis com o aperto que lhe deu o presidente Sarney.

Não se contenta o presidente com os números formais da composição parlamentar do PMDB. Quer "o preto no branco", segundo corre a boca pequena e língua grande nos próprios corredores do Congresso.

Houve época em que os índios, chefiados por Juruna, só faziam audiências com o gravador, para surpreender a autoridade quando as palavras perdessem o seu sentido ou a ação administrativa fugisse aos compromissos.

O presidente Sarney também já não se contenta com as informações e com as declarações públicas dos dirigentes partidários. E disso não faz segredo. Experimentado, a ponto de atravessar sua candidatura a vice na chapa de Tancredo Neves as tempestades internas da dissidência pedessista e as reações dos peemedebistas, agora quer as assinaturas no documento de compromisso.

Para encobrir a dureza da exigência (e diz-se que o brasileiro gosta de ser embrulhado em papel celofane e fitinha vermelha), anunciou um pacto ou um programa de ação. Na realidade, o presidente quer e testa o que o acompanham no sistema de governo e no período de mandato. Pacto por pacto, está ainda sem execução o próprio compromisso da Aliança Democrática. O programa mínimo de governo não apresenta modificações substanciais ao que já vem sendo proposto pelo presidente e seus ministros.

Realmente, o presidente quer fixar sua base de sustentação e escolher seus ministros na proporção desses apoios.

Como o compromisso terá que ter a assinatura dos constituintes, os quadros partidários, sejam do PMDB, sejam do PFL, ficarão abalados, porque muitos parlamentares não subscreverão o documento e os que o fizerem ficam sujeitos à palavra gravada cuja fidelidade poderá ser a qualquer momento exigida de público. Aliás, nem será necessária essa exigência, pois os votos para o texto constitucional são nominais e públicos. É verdade que não são poucos os que assumem compromissos, até por escrito, e que não os cumprem, justificando-se precariamente, mas falhando na hora decisiva.

O presidente sabe disso, mas igualmente sabe que esse documento é um ponto a mais na palavra empenhada.

O fato de constarem do documento as posições do governo em relação à dívida externa, à prioridade para o social, ao crescimento econômico com redistribuição de renda, à reforma agrária e à política salarial, da mesma maneira como o compromisso com o presidencialismo e o mandato de 5 anos, não significará posição nova em relação aos referidos temas. Restará, porém, uma suave justificativa — para não dizer desculpa — que facilitará a coleta de assinaturas dos constituintes pefelistas e peemedebistas. E também dos que estão em outras legendas, mas que aspiram ascender ao Ministério com féis de balança.

Sarney fez o roteiro, com base praticamente nos temas já programados, e encarregou sua assessoria de redigir uma minuta, aliás, já em suas mãos para revisão.

O teste está mais pesado para o dr. Ulysses que não acredita nos espinhos da curul presidencial, observando: "Dizem que esta cadeira tem espinhos, mas devem estar voltados para baixo, porque não os sinto quando a ocupo".

O que tem faltado para um teste de realismo político é o diálogo franco, aberto, sem subterfúgios, sem falsos levantamentos, sem informações deformadas.

Sabemos todos que os fluxos ascendente e descendente da informação, especialmente na área oficial, são elementos de desinformação e a mais grave delas a que se origina da omissão.

O presidente deve estar desapontado em não ter aproveitado o exemplo chinês da casa de chá da antiga Praça dos Poderes.

Quando Niemeyer e Lúcio Costa projetaram Brasília e a acompanharam em sua construção, reservaram um pequeno local na Praça dos Três Poderes, num plano subterrâneo, escapando à curiosidade dos populares, para igualar Executivo, Legislativo e Judiciário na hora do chá como prescreviam os chineses, há algumas décadas.

A Casa de Chá da Praça dos Três Poderes não foi jamais utilizada como instrumento de diálogo e de encontro nos fins de expediente para

o relax dos chefes ou de seus ministros.

Explorada durante alguns anos como restaurante chinês, com intervalos de chá sem a presença de autoridades, fechado durante outros períodos, está, agora, de volta, reinaugurada com comidas pesadas, à base de feijoada fora dos sábados, rabadas em dias quentes e os letrados de propaganda comercial de bebidas, quebrando a neutralidade da praça que, em lugar de unir, separa os três Poderes. A estátua da Justiça, sempre de olhos fechados como fica bem a um Judiciário emperrado pela burocracia, um palácio de arcos para facilitar a curvatura da espinha e duas conchas que não se ajustam, porque isoladas. Uma para baixo (o Senado) e o povo diz pouco atento aos seus clamores e uma para cima (a Câmara), recebendo as sugestões, mas as mantendo em banho-maria.

É claro que isso não é provavelmente o que ocorre, quanto ao Senado e à Câmara, mas que tem lógica quanto ao jogo do Planalto para definir o número de constituintes que ficam a qualquer preço com o presidente e que devem ajudá-lo a construir o primeiro Ministério Sarney, sem dúvida que é a realidade e é impossível escondê-la.

O pacto vai amarrar de forma irreversível a representação constituinte fiel ao presidente e obrigar os que estão em cima do muro a definir-se, perdendo os postos que detêm, ainda que, para retardar o afastamento já definido de alguns ministros peemedebistas, eles afirmem que só saem em conjunto...



GONZAGUINHA

Os maiores sucessos de sua carreira, num show gravado com exclusividade no Palace.

Hoje, 21:25 na TV Cultura.

CULTURA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA